

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Primeira Sessão Ordinária
25 – 29 de Junho de 2007
Acra, Gana

EX.CL/340 (XI)

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS,
REGRESSADOS E PESSOAS INTERNAMENTE
DESLOCADAS EM ÁFRICA
JANEIRO – JULHO DE 2007

**RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS, REGRESSADOS E
PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCADAS EM ÁFRICA
JANEIRO – JULHO DE 2007**

I. INTRODUÇÃO

1. O Relatório sobre a Situação dos Retornados, Regressados e Pessoas Internamente Deslocadas (PIDs) em África apresenta os últimos acontecimentos no que diz respeito à deslocação forçada de populações no continente, após o último relatório apresentado ao Conselho, em Janeiro de 2007. O documento oferece uma relação de dados analíticos regionais sobre a deslocação forçada, como consequência de conflitos e calamidades naturais e provocadas pelo homem, assim como as contribuições feitas pelos Estados-membros, na resposta a essas crises. O relatório cobre igualmente programas e actividades levadas a cabo pelo Subcomité do CRP sobre os Refugiados, Retornados e PIDs e a Comissão da UA na implementação das várias decisões do Conselho Executivo, especialmente as mais recentes, a saber: Decisão EX.CL/Dec. 284 (IX) adoptada em Banjul, Gâmbia, em Julho de 2006; Decisão EX.CL/Dec. 289 (IX) sobre a Conferência Ministerial relativa aos Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas, que foi organizada em Ouagadougou, Burkina Faso, nos princípios de Junho de 2006; e a Decisão EX.CL/Dec. 319 (X) adoptada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2007.

2. Por outro lado, o presente relatório expõe dados actualizados sobre os preparativos da Cimeira Especial de 2008 dos Chefes de Estado e de Governo sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas em África. A implementação de programas e actividades foi levada a cabo em colaboração com os parceiros da UA e outras organizações pertinentes.

II. REVISÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS REFUGIADOS, RETORNADOS E PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCADAS

3. A situação dos refugiados, retornados e PIDs provou não ter melhorado significativamente, desde a apresentação do último relatório. Dentre as tendências e preocupações cada vez mais crescentes que emergiram da compilação do presente relatório figuram as crescentes complexidades do movimento migratório diverso, em direcção às zonas mais desenvolvidas no interior e fora do continente, o impacto das calamidades naturais sobre as populações já vulneráveis, e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da ajuda humanitária na provisão de assistência e protecção às populações afectadas.

4. No continente tiveram lugar exercícios de repatriamento, designadamente o fim do repatriamento voluntário do ACNUR, de refugiados

angolanos, em Março de 2007, e refugiados liberianos, em Junho de 2007. Vale a pena felicitar os Estados-membros que ajudaram a compartilhar o fardo do acolhimento desses refugiados assim como de outros milhares por todo o continente, que aguardam pela oportunidade de regressarem para as suas zonas de origem, em segurança e dignidade. Os desafios do acolhimento de refugiados continuam a ser cada vez mais difíceis para alguns Estados, tendo em conta os seus poucos recursos para os seus próprios cidadãos, tendo-se tornado ainda mais complexo com o aumento da migração de outros africanos que deixaram os seus respectivos países à procura de melhores oportunidades económicas e serviços sociais.

5. Outra área preocupante da Comissão da UA é o aumento contínuo da frequência e a intensidade de calamidades no continente. Durante a primeira metade de 2007, registaram-se chuvas torrenciais no Burundi, Moçambique e Madagáscar que causaram inundações ou cheias de grande envergadura, tendo forçado centenas de pessoas a abandonarem os seus lares e os meios de subsistência. No entanto, a maioria dos países não recuperou das crises humanitárias resultantes das calamidades de 2006. A União Africana, em gesto de solidariedade, deu contribuições financeiras para alguns Estados-membros afectados. Porém, os recursos disponíveis para se dar resposta imediata e adequada a essas situações tornam-se agora no maior desafio, visto que as organizações humanitárias lutam por satisfazer as necessidades do continente. Como parte das suas operações em África para 2007, o PAM prevê a concessão de uma assistência alimentar a cerca de 1.4 milhões de refugiados, a 4 milhões de PIDs, e a 1.3 milhões de retornados. Porém, a organização já está a enfrentar revezes e redução de provisões nalgumas operações, tais como na Tanzânia, Uganda e Burundi. É importante que os Estados-membros estabeleçam mecanismos seguros de prevenção e resposta a calamidades aos níveis nacional e regional.

6. Também é necessário considerar os riscos crescentes enfrentados pelos trabalhadores de ajuda humanitária e o pessoal da manutenção da paz no terreno. A União Africana, em várias ocasiões, exprimiu as suas preocupações a respeito dos assaltos recorrentes aos trabalhadores da ajuda humanitária e o pessoal da manutenção da paz que protege populações vulneráveis. A situação de segurança, particularmente, em Darfur e Somália deteriorou-se ainda mais nos últimos meses, com mais ataques contra as tropas da Missão da União Africana na Somália (AMISOM), afectando assim o fornecimento da ajuda às populações afectadas.

7. Na análise do presente relatório e na busca de soluções duradouras para a situação dos refugiados, retornados e PIDs em África, especialmente no seu regresso, restabelecimento, reinserção e reabilitação, é muito importante que os Estados-membros e a comunidade internacional ponderem sobre a urgência e a natureza crítica da situação, continuando a dar o seu apoio, tanto financeiro como material, a favor das populações deslocadas à força, estimadas

em mais de 20 milhões. O quadro anexo ao presente relatório representa uma análise comparativa da maior concentração de populações deslocadas à força das cinco regiões dos Estados-membros da União Africana, no período de Janeiro de 2006 a Janeiro de 2007.

III. ANÁLISE REGIONAL

Região Norte

8. A Argélia acolhe cerca de 165.000 refugiados saharauis, distribuídos em cinco campos. Os refugiados constituem o maior grupo de pessoas deslocadas à força na região norte, e dependem grandemente da assistência alimentar do exterior. Essa assistência foi geralmente proporcionada pelo Governo argelino e as agências da ONU, nomeadamente, o PAM e o ACNUR. De Janeiro a Abril de 2007, o PAM forneceu provisões gerais para 125 mil dos refugiados mais vulneráveis nos campos da região ocidental da Argélia.

Região Ocidental

9. Nos últimos cinco anos, a região ocidental registou uma redução do número de conflitos e novas ocorrências de deslocamentos forçados. A situação impulsionou o repatriamento voluntário de milhares de refugiados e PIDs para as suas respectivas terras de origem na Sierra Leone, Libéria e Côte d'Ivoire; e o ACNUR prevê a conclusão do programa de repatriamento voluntário de refugiados liberianos da região, até ao fim de Junho de 2007. Outrossim, alguns refugiados hesitam regressar por causa da necessidade dos serviços públicos primários e de infra-estruturas inseguros.

10. O Subcomité do CRP sobre os Refugiados, Retornados, Regressados e Pessoas Internamente Deslocadas, em colaboração com a Comissão da União Africana, realizou uma missão de avaliação no terreno, na Côte d'Ivoire e Guiné Conakry, de 18 a 29 de Maio de 2007, com o intuito de avaliar a situação dos refugiados e pessoas internamente deslocadas. A delegação foi chefiada pelo Presidente do Subcomité do CRP sobre os Refugiados, o Embaixador do Gabão na Etiópia. A delegação integrava também como membros o Embaixador do Mali na Etiópia, e um funcionário da Divisão dos Assuntos Humanitários, Refugiados e Pessoas Deslocadas no Departamento dos Assuntos Políticos. Reuniu-se com funcionários do governo, representantes dos Escritórios da União Africana, ACNUR, outras agências humanitárias e da ONU, tendo também trocado impressões acerca da situação humanitária nos dois países. A missão compilou informação útil, que dá uma verdadeira imagem da situação humanitária no terreno e contribui para um relatório preciso para os Estados-membros.

11. Na Côte d'Ivoire, a missão informou que a assinatura do Acordo de Paz de Ouagadougou, em Março de 2007, e o estabelecimento de um novo

governo, constituírem acontecimentos políticos positivos, que poderá encorajar os refugiados e as PIDs a voltarem para as suas terras de origem. Todavia, foi observado que o país continua a fazer face à crise humanitária provocada pela falta de acesso a bens alimentares e outros serviços de cuidados primários da saúde que se agravaram ao longo dos anos de conflito. Segundo o PAM, as regiões nortenha e ocidental do país são as mais vulneráveis à insegurança alimentar, especialmente no seio das pessoas internamente deslocadas e as populações refugiadas. A Côte d'Ivoire abriga um número aproximado de 709.000 pessoas internamente deslocadas, encontrando-se a maioria nas áreas urbanas de Abidjan, Grande Bassam, Yamoussoukro, e também nas regiões ocidental e no sudoeste do país, ao mesmo tempo que outros são integrados nas comunidades locais, particularmente no norte do país. Por outro lado, o país acolhe mais de 24.000 refugiados provenientes da sub-região, dos quais 21.600 são liberianos.

12. A missão do Subcomité do CRP sobre os Refugiados constatou que, depois da grande crise que afectou a Guiné Conakry, desde Janeiro de 2007, a situação de segurança no país passou a ser calma. Não obstante, a Guiné continua a abrigar pelo menos 28 mil refugiados da região, dos quais 18 mil vivem em campos, e 8.850 em Conakry. Cerca de 12 mil liberianos e 3 mil ivorienses concentra-se nos campos localizados na região florestal da Guiné, Mais de 48 mil refugiados liberianos foram já repatriados para os seus países, com a assistência do ACNUR. Apesar de inúmeros refugiados continuarem à espera do seu re-estabelecimento num terceiro país, como solução mais preferida e durável, o governo e o ACNUR estão a preparar uma estratégia visando integrar localmente refugiados que não desejam regressar para os seus países de origem, nomeadamente através do sistema de naturalização. No entanto, a ajuda alimentar do PAM na Guiné contempla exclusivamente os grupos de refugiados vulneráveis, assim como os cerca de 140 mil beneficiários das comunidades de acolhimento.

13. No Gana, o número de refugiados reduziu ligeiramente de 54 mil para cerca de 47.700, desde o último relatório. Isso deve-se ao repatriamento voluntário de refugiados liberianos, que continuam a constituir o maior grupo de refugiados dentro do país, com uma população de 36.150 residindo no campo de Buduburam, no Distrito de Gomoa. O número remanescente de refugiados compreende 7.800 togoleses estabelecidos na região de Volta e outros refugiados do Sudão, Sierra Leone, Côte d'Ivoire e Ruanda, que reside nos arredores de Acra e Kumasi.

14. No caso da Libéria, um ano após as eleições democráticas, a situação no país é bastante estável. Porém, os liberianos continuam a defrontar com os efeitos dos 15 anos de conflito, incluindo a ausência de desenvolvimento infra-estrutural e institucional, bem como a inadequação dos serviços sociais e sanitários. Estão são as condições sob as quais regressaram os cerca de 326.990 PIDs da Libéria e 350 mil refugiados liberianos, desde o fim da guerra.

Foi prestada assistência aos retornados sob forma de serviços sociais básicos, reabilitação agrícola, incluindo pacotes financeiros de reinstalação. Apesar da grave situação humanitária no país, a Libéria acolhe também mais de 15 mil refugiados provenientes de países vizinhos.

Região Central

15. A situação humanitária deteriorante persistente no Sudão, Chade e República Centro-africana (RCA) continua na agenda da União Africana. Com a crise no Sudão, os países da sub-região, especialmente o Chade, a República Centro-africana (RCA) e os Camarões continuam a enfrentar novas ondas de milhares de deslocação. As tensões de alto grau nesses países, particularmente em Darfur, continuam ligadas ao incremento de actividades perpetradas por elementos armados maioritariamente de grupos de rebeldes chadianos e sudaneses. Registou-se migrações forçadas e incidentes de segurança dentro e nas áreas adjacentes aos campos de PIDs. Isto, por conseguinte, dificulta seriamente a prestação de ajuda humanitária nos três países, não obstante o número crescente de refugiados e PIDs. Porém, há esperanças de que o acordo tripartido assinado pelos três países venha a ajudar a encontrar soluções para a migração forçada na sub-região.

16. No Burundi, milhares de refugiados continuam a regressar ao país. Até agora, cerca de 318 mil refugiados burundeses foram repatriados desde o início do processo em 2002, estando previsto o regresso de pelo menos 80 mil no decurso do ano de 2007. Por outro lado, mais de 100 mil PIDs no Burundi aguardam por soluções duradouras à sua condição de deslocados. Enquanto alguns integraram-se nas suas comunidades de acolhimento, muitos outros não conseguiram regressar ou reinserir-se adequadamente em zonas de estabelecimento, devido à falta de recurso se de perspectivas económicas.

17. Esta situação complicou-se mais ainda com muitos anos de seca, seguida de chuvas torrenciais no fim de 2006 e princípios de 2007. De acordo com agências de ajuda no terreno, foram inúmeras casas danificadas, incluindo cerca de 80 por cento das colheitas de Novembro de 2006 e boa parte das colheitas de Janeiro de 2007, deixando o país à beira de uma crise alimentar de 2 milhões de burundeses em risco de padecem de subnutrição e contracção de várias doenças transmissíveis como a cólera. Consequentemente, à União Africana ofereceu 50.000 \$EU ao governo do Burundi, como ajuda às vítimas das cheias.

18. Quanto a República Centro-Africana (RCA), existe um movimento maciço de pessoas para dentro e fora do país. De acordo com o ACNUR, mais de 200 mil pessoal fugiram para região sul do Chade devido aos ataques às suas aldeias no norte do país, enquanto que milhares refugiaram-se nos Camarões e na região sudanesa de Darfur. Por outro lado, muitos outros tornaram-se internos deslocados nas áreas fronteiriças entre os dois países. Em Março de

2007, agências da ONU e organizações não-governamentais que visitaram a cidade de Birao, na região nordeste do país, constataram que cerca de 14 mil pessoas que viviam na aldeia abandonaram-na, devido a intensos combates. Milhares de pessoas espalharam-se por várias zonas da RCA, e as agências humanitárias tinham dificuldades em assisti-las. No entanto, o repatriamento voluntário de burundeses, congolese da RDC ruandeses e refugiados sudaneses da região sul, continua.

19. Durante o período coberto pelo presente relatório, o Chade acolheu 233 mil refugiados da região sudanesa da Darfur, vivendo em 12 campos de refugiados, com 48 mil provenientes da República Centro-Africana. O país confronta-se também com um sério problema de deslocados internos, visto que mais de 140 mil pessoas são deslocadas da região leste. Só em Março de 2007, a localidade de Habile recebeu cerca de 9.000 PIDs. Além disso, mais de 2000 refugiados chadianos e retornados sudaneses estabeleceram-se em Darfur, durante os meses de Dezembro de 2006 e Janeiro de 2007. A situação de segurança interna está a afectar seriamente os refugiados, PIDs, as comunidades locais de acolhimento assim como os trabalhadores humanitários, particularmente na região oriental. Registaram-se situações de tensão entre as vítimas de migrações forçadas, e as comunidades locais que tiveram dificuldades em partilhar os seus recursos, ao mesmo tempo que as agências humanitárias consideravam quase impossível a prestação de ajuda muito necessitada pelas populações afectadas naquelas circunstâncias realmente difíceis.

20. **Na República Democrática do Congo (RDC)**, o ACNUR informou que mais de 64 mil congolese abandonam as suas casas em Abril de 2007, em consequência de novos combates na Província nortenha de Kivu. Por outro lado, a região oriental do país continuou a sofrer da maior insegurança alimentar no país, particularmente, as comunidades de deslocados, regressados e outros grupos vulneráveis. Ao mesmo tempo que alguns refugiados foram repatriados voluntariamente para as suas terras de origem na RDC, estima-se que 340 mil congolese continuaram fora do país, estando a maioria na Tanzânia, Zâmbia, Ruanda e na República do Congo. No passado dia 3 de Maio de 2007, o ACNUR lançou um processo de repatriamento voluntário de três anos, visando o regresso dos refugiados congolese a Zâmbia. O exercício que será levado a cabo com a colaboração da Organização Internacional para as Migrações (OIM), prevê o repatriamento de cerca de 20 mil dos 61 mil refugiados congolese na Zâmbia. Na Tanzânia também está a ser feito um exercício do género, com o repatriamento dos primeiros 494 refugiados congolese da Província de Katanga, para a pátria, em meados de Abril de 2007, esperando-se que outros cerca de 48 mil regressem voluntariamente para as suas casas na RDC, ainda em 2007. Foram assinados acordos entre o ACNUR e os países de asilo, cujos resultados permitirão o regresso de milhares de refugiados. O número de congolese internamente deslocados atinge actualmente cerca de 1.1 milhão.

21. **O Gabão** continua a acolher 13.800 refugiados e candidatos a asilo da sub-região, sendo a maioria da RDC. O Governo deu a conhecer publicamente a sua intenção de trabalhar com o ACNUR para a concessão de Bilhetes de Identidade a cerca de 8.000 desses refugiados, em 2007, permitindo-lhes assim o direito de residência e emprego no país.

22. No que concerne à República do Congo, o país continua a conceder asilo a cerca de 55.600 refugiados, a maioria dos quais oriundos de Angola, RDC e Ruanda. Além disso, o país abriga cerca de 4 mil PIDs, enquanto mais de 5.400 congolezes regressaram à pátria, principalmente da região.

Região Oriental

23. Migrações forçadas na região oriental continuam a afectar milhares de pessoas, particularmente, na Somália, Sudão e Uganda. Por outro lado, o repatriamento de sudaneses para a região sul do Sudão continua e existe alguma esperança de regresso de cerca de 1.6 milhões de pessoas internamente deslocadas na norte do Uganda. O repatriamento de refugiados e PIDs tornou-se possível, graças à implementação dos Acordos de Paz assinados pelas várias partes em conflito na região.

24. No entanto, milhares de regressados optam por vidas incertas, uma vez que a maior parte das áreas de restabelecimento confronta-se com a falta de facilidades básicas tais como estradas, escolas, serviços sanitários, víveres e abrigo. Além disso, a região viveu uma situação de fome e seca nos últimos dois anos, deixando assim milhares de pessoas completamente dependentes da assistência humanitária.

25. Recorde-se que a Etiópia, há já alguns anos atrás, acolheu aproximadamente um (1) milhão de refugiados e, nos últimos três (3) anos, o número de refugiados diminui para cerca de 100 mil, dos quais metade são sudaneses, seguidas de eritreus e somális. Essa redução do número de refugiados tem a haver com o repatriamento contínuo de refugiados sudaneses para o sul do Sudão e, até certo ponto, o regresso de refugiados somális para o noroeste da Somália, que resultou no encerramento de alguns campos de refugiados no país. Enquanto as operações de repatriamento prosseguiram, o sul da somália era afectada por combates pesados, especialmente em Mogadíscio, tendo ocasionado um êxodo populacional de cerca de 50 mil outros refugiados somális em 2007, a maioria dos quais mulheres, crianças e velhas.

26. O Quênia, nos últimos anos, continuou a conceder asilo a mais de 200 mil refugiados, dos quais 65 por cento são somális, 33% sudaneses, enquanto que a percentagem remanescente incluía etíopes, eritreus, ugandeses e congolezes da República Democrática do Congo (RDC). Desde Outubro de 2006, o país continuou a receber novas entradas de mais de 30 mil refugiados em fuga de conflitos e da seca na Somália. Outrossim, milhares de sudaneses do sul

chegaram também ao Campo de Kakuma, não obstante a assinatura do Acordo Geral de Paz de 2005, que pôs termo ao conflito na região Sul. Isso deveu-se a falta de víveres, serviços básicos e, até certo ponto, de alguma insegurança nas zonas de retorno.

27. Os recém-chegados elevaram substancialmente a população de refugiados no Quênia. O PAM informou que as taxas de subnutrição continuavam altas nos campos, não obstante à assistência alimentar da organização a 94 por cento dos refugiados. O nível da anemia nas crianças menores de cinco (5) anos, nesses campos, atingiu mais de 80 por cento, forçando as agências da ONU a lançarem um apelo aos doadores para fornecerem pacotes inteiros de víveres e outros artigos para os refugiados.

28. No que toca ao **Ruanda**, a população refugiada no país permaneceu quase inalterada. Acredita-se que o número seja de cerca de 47 mil, dos quais 42 mil são congolezes da RDC, com 2000 burundeses, que se encontram em cinco campos de refugiados em todo o país, para além de um pequeno número de várias outras nacionalidades em zonas urbanas. Por outro lado, milhares de refugiados ruandeses têm estado a regressar aos seus países de origem. Estima-se que cerca de 10 mil regressam, anualmente, principalmente da RDC. Desde Maio de 2006, pelo menos 15 mil regressaram da Tanzânia e, esperava-se o regressos de aproximadamente, 17 mil de países vizinhos. O retorno foi o resultado do Acordo Tripartido rubricado entre o Ruanda, o Quênia e África do Sul e o ACNUR.

29. Aquando da criação do Governo Federal de Transição da Somália (GFT), em Junho de 2005, os Estados-membros mantinham muita esperança relativamente à paz e estabilidade no país. Porém, intensos combates entre as forças do GFT e a União dos Tribunais Islâmicas (UCI), desde Dezembro de 2006, que foram os piores em mais de 15 anos, tornaram a situação ainda mais explosiva no país. A Missão da União Africana na Somália (AMISOM), as Nações Unidas e agencias de Ajuda humanitária alertaram sobre a deterioração da situação humanitária no país, uma vez calculada a existência de mais de 1 milhão de pessoas a necessitar de assistência, inclusive 400 mil PIDS. Durante esse período, mais de 365 mil pessoas deixaram a Somália para refugiarem-se em países vizinhos, incluindo 100 mil oriundos de Mogadiscio, onde os combates foram mais intensos. A situação imprevista na Somália dificultou a entrega das ajudas e operações de emergência, especialmente nas regiões central e sul do país, criando entraves à intervenção das agências humanitárias em várias zonas.

30. Durante o período em análise, a situação humanitária piorou ainda mais, por causa dos efeitos da inundaçao em grande escala, em algumas partes da região sul, fazendo deslocar cerca de meio milhão de pessoas, quando aproximadamente 1.8 milhões aguardavam ansiosamente pela assistência e

protecção humanitárias. Milhares de vítimas das cheias viviam em zonas, que eram inacessíveis para as agências humanitárias.

31. No caso do **Sudão**, atendendo ao Acordo Geral de Paz em de 2005, mais de 100 mil refugiados regressaram para a parte sul do país, principalmente da República Centro-Africana, RDC, Etiópia. Egipto, Quénia e Uganda. Outrossim, cerca de 850 mil PIDs, regressaram também para o Sul do Sudão. Os refugiados e as PIDs regressaram para uma vida de incertezas, uma vez que os fundos prometidos pela comunidade internacional não foram ainda desembolsados para a edificação de infraestruturas e outros serviços básicos. Teme-se que a situação venha a ter um impacto negativo na vida dos refugiadas e PIDs remanescentes, que ainda não foram repatriados e provoque seu retorno para o exílio.

32. A região de Darfur continuou a ser um sério motivo de preocupação da União Africana e a Comunidade Internacional no seu conjunto. As Agências humanitárias informaram que os actos de violência que se espalham em Darfur, incluindo as principais cidades e vilas e ao longo da fronteira com o Chade e a República Centro-Africana, tornaram-se ainda mais persistentes; os ataques a civis, agências de Ajuda e à Missão da UA no Sudão (AMIS), ocorriam regularmente. Consequentemente, o número de pessoas internamente deslocadas aumentou. Só em Janeiro de 2007, mais de 25 mil pessoas eram internamente deslocadas. Apesar de o PAM e os seus parceiros não-governamentais continuarem a fornecer alimentos a mais de 2 milhões de pessoas em Darfur, não é suficiente, uma vez que os trabalhadores humanitários enfrentavam dificuldades em alcançar de outros 4 milhões, necessitando de assistência humanitária premente. Muitas das agências humanitárias reduziram as suas operações, e outras deixaram completamente de prestar ajuda devido à situação de Segurança. O Sudão figura como o maior anfitrião de trabalhadores humanitárias, com 13 mil no total.

33. Em Abril de 2007, foram mortos sete (7) soldados da AMIS em Darfur, obrigando o Presidente da Comissão da UA a condenar publicamente os ataques, sublinhando que eram um acto que violava os diferentes acordos de cessar-fogo e o direito humanitário internacional. Também manifestou-se preocupação com relação à ausência de cooperação da parte das várias facções com AMIS e agências humanitárias que operam em condições extremamente difíceis e inseguras, e perante a possibilidade de uma rotura catastrófica e trágica da situação de segurança e humanitária em Darfur. Mais de 200 mil pessoas foram mortas e 4 milhões passaram a depender das ajudas. O país actualmente, acolhe mais de 5 milhões de PIDs.

34. Em Fevereiro de 2007, a população de refugiados da **Tanzânia** estimava-se em menos de 300 mil, concentrados nos campos da região do Noroeste, de acordo com o ACNUR. Os refugiados são na sua maioria oriundos da RDC e Burundi. Em Fevereiro de 2007, confirmou-se o encerramento de três (3)

campos devido a operações de repatriamento, principalmente de refugiados burundeses. Pelo menos 494 refugiados congolese da RDC regressaram para a Província de Katanga, na RDC, em Abril de 2007. Importa informar que, pela primeira vez, a Tanzânia é hospedeira de quase metade do número de refugiados, na sequência do asilo que concedeu a mais de 600 mil refugiados, por mais de uma década. Porém, existem mais de 200 mil refugiados que se estabeleceram espontaneamente no seio das comunidades locais, segundo informações do Governo.

35. O número de pessoas internamente deslocadas no **Uganda**, diminuiu drasticamente. Durante muitos anos, a população de PIDs variava entre 1,6 e 1,8 milhões, mas no presente, estima-se em cerca de 1,2 milhões na região norte, concentrados em mais de 260 campos. Essa redução numérica deve-se às negociações de paz em curso entre o Governo ugandês e os rebeldes da Lord's Resistance Army (LRA), que começou em 2006. As PIDs não são completamente independentes das provisões do PAM, visto que podem produzir alguns dos alimentos que necessitam fazendo uso das suas terras apesar de viverem nos campos.

Região Sul

36. A região sul acolhe a maior concentração de candidatos a asilo, estimados num total de 99.260 no continente, e cerca de 213.790 refugiados. Alguns países na região tornam-se mais rigorosos na permissão do acesso ao longo das suas fronteiras, devido ao aumento do êxodo migratório diverso. Durante o período em análise, algumas partes do país testemunharam também condições ambientais severas, causando certas deslocações internas. Não obstante o fardo criado pelo fluxo maciço de pessoas deslocadas em todo o Continente, a região continuou a ser hospitaleira, contando com o trabalho conjunto do Governo e agências humanitárias, de modo a assegurar que estes funcionem plenamente, e que a determinação do estatuto de refugiado e os sistemas de registo, administrados pelo governo, estejam de encontro com os padrões internacionais.

37. A **África do Sul** acolhe cerca de 90 mil candidatos a asilo para além dos cerca de 42 mil refugiados, de acordo com um relatório em Janeiro de 2007, sendo a maioria da república Democrática do Congo (RDC), Somália e Zimbabwe.

38. Em **Angola**, o ACNUR encerrou o seu programa de repatriamento organizado em Março de 2007, na sequência do regresso de 410 mil refugiados angolanos, maioritariamente provenientes da Zâmbia e a RDC. Outros regressaram da Namíbia, República do Congo, Botswana e África do Sul. No entanto, como uma solução duradoura, o ACNUR prevê, com o apoio do Governo, cerca de 11 mil refugiados congolese que permaneceram durante muitos anos na sociedade angolana.

39. Não obstante o fim de repatriamento voluntário de refugiados angolanos da **Zâmbia**, o país continuou a acolher cerca de 42 mil refugiados de Angola, para além dos cerca de 158.710 do Burundi, RDC e Ruanda. Os congoleses concentrados em campos da região norte do país, enfrentam a falta de acesso a terras de cultivo, o que significa que precisam de assistência alimentar constante que tem sido fornecida pelo PAM.

40. Em **Moçambique** chuvas torrenciais em Janeiro de 2007, ocasionaram cheias dos rios Zambeze, Chire e Rovuma, e a subsequente deslocação de pelo menos 120 mil pessoas, com cerca de 250 mil a necessitar de fornecimentos urgentes de víveres e medicamentos. Em Fevereiro de 2007, um ciclone tropical denominado "FAVIO", também afectou o país, agravando ainda mais a situação criada pelas cheias anteriores. A região central do país, que foi a mais afectada, tem o maior número de órfãos e crianças vulneráveis. A União Africana respondeu à situação humanitária, concedendo a ajudar a satisfazer as necessidades das vítimas das cheias em Moçambique.

IV. Implementação de Decisões

41. A Comissão da União Africana, o Subcomité do CRP sobre os refugiados, retornados e pessoas internamente deslocadas, em colaboração com os parceiros da UA, especialmente o Alto Comissário das NU para os Refugiados (ACNUR), o Programa Alimentar Mundial (PAM), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Acção Humanitária Africana (AHA) e algumas Agências humanitárias relevantes, continuaram a executar as decisões adoptadas em reuniões anteriores do Conselho Executivo e a Cimeira e em particular, as últimas decisões EX/CL/Dec. 289 (IX) adoptada em Banjul, Gâmbia, em Julho de 2006, e EX/CL/Dec. 319 (X) adoptada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2007.

42. O Subcomité do CRP sobre os, retornados e pessoas internamente deslocadas reuniu-se na sua 3ª Sessão Ordinária em Abril de 2007 e seu Bureau reuniu-se em várias ocasiões. Consideraram, entre outras, o Relatório de Actividades sobre a situação dos Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas: Janeiro - Março de 2007, o Programa de Trabalho do Sub-Comité do CRP sobre refugiados: Março - Dezembro de 2007; e os preparativos da Cimeira Especial dos Chefes de Estado e de Governo sobre os Refugiados, Retornados e PIDs, agendada para 2008.

43. O Subcomité do CRP sobre os refugiados, reuniu-se a 10 de Abril de 2007 e recomendou que os seguintes documentos sejam submetidos à consideração do CRP:

- O Projecto de Relatório da Reunião do Subcomité do CRP sobre os Refugiados, Retornados e PIDs, que teve lugar a 10 de Abril de 2007;
- O Documento Conceitual sobre o Acesso á Educação pós-primária para as vítimas da Migração Forçada em África; e
- O Regulamento Interno e os Termos de Referência do Comité de Coordenação da UA sobre a Assistência e Protecção os Refugiados, Retornados e PIDs em África (CCAR).

44. Após consideração das propostas da Comissão da UA sobre os Preparativos da Cimeira Especial dos Chefes de Estado e de Governo da UA sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas em África, a realizar-se em 2008, o Subcomité do CRP sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas e seu Bureau solicitaram a Comissão que prossiga com os preparativos necessários da Cimeira Especial. A partir daí, a Equipa de Trabalho, constituída pelo Bureau do Subcomité do CRP sobre os refugiados, as cinco representações sub-regionais e os Parceiros/Membros do CCAR, reuniram-se duas vezes em Maio de 2007 e abordaram a via a seguir em torno dos preparativos da Cimeira Especial, particularmente, o local, as datas, os tópicos e a participação.

45. De acordo com o Programa de Trabalho do Subcomité do CRP da UA sobre os refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas, que fora adoptado em 2007, o Subcomité do CRP sobre os refugiados, em colaboração com a Comissão, efectuou uma Missão de Avaliação in loco na Guiné Conacri e Côte d'Ivoire, em Maio de 2007. A Missão teve por objectivo a avaliação da situação humanitária nos dois países e o intercâmbio de pontos de vista com as autoridades Governamentais, as Missões da UA e a ONU, e com algumas agências humanitárias.

46. No concernente á gestão de calamidades, a União Africana fez contribuições financeiras para as vítimas das cheias e seca no Burundi e Moçambique no valor de 50.000.00 \$EU para cada um.

47. Por outro lado, para a melhoria da parceria da UA, particularmente com o ACNUR, o PAM, a CICV, a OIM e a AHA, a Comissão decidiu convocar reuniões com os parceiros e participar em actividades conjuntas; a saber:

- A reunião dos Parceiros/UA para a implementação de actividades específicas conjuntas, para o período de Março a Julho de 2007, realizada a 1 de Março de 2007;

- A reunião consultiva da UA sobre o Projecto de Convenção da UA para a Protecção e Assistência às Pessoas Internamente Deslocadas, que teve lugar de 10 - 11 de Maio de 2007. A reunião analisou profundamente o Projecto de Convenção e fez o ponto de situação dos progressos alcançados até agora pela Comissão, no processo de desenvolvimento do Projecto de Convenção, em harmonia com as decisões do Conselho Executivo;
- Estão previstas reuniões da Equipa Especial de Trabalho, no âmbito dos preparativos da Cimeira Especial dos Chefes de Estado e de Governo sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas em África, a ter lugar em 2007. Os Parceiros da UA também foram convidados a participar nas reuniões da Equipa Especial de Trabalho, em maio de 2007;
- Reuniões dos Embaixadores com o CICV que incidiram especialmente na procura de vias e meios de execução das recomendações adoptadas no 9º Dia da Sessão de Reflexão Conjunta UA/CICV, em Novembro de 2006, exortando os Estados-membros a aderirem a todos os instrumentos pertinentes do Direito Humanitário Internacional (DHI), a adopção de medidas legislativas necessárias, tais como a integração do DHI na formação de Forças Armadas e de funcionários públicos, e a inclusão do DHI nos Mecanismos Africanos de Revisão;
- A Mesa Redonda da Cruz Vermelha sobre a Migração, que teve lugar em Oslo, em Abril de 2007. A Comissão centrou-se na perspectiva de parceiros da União Africana entre os Estados e os Actores não-estatais no tratamento dos aspectos humanitários da Migração Internacional. Os resultados da reunião vão valorizar a procura de soluções e mecanismos para fazer face as consequências negativas dos movimentos migratórios no mundo inteiro e contribuir para as diligências das organizações humanitárias, para aliviar a luta dos migrantes que precisam de protecção e assistência.

48. A Comissão, juntamente com o Subcomité do CRP sobre os Refugiados e o ACNUR, tem vindo a comemorar o Dia dos Refugiados ao nível Mundial e da África, a 20 de Junho de cada ano. O tema para as comemorações deste ano é **“Crianças Refugiadas e Desportos”**. Foram organizadas actividades conjuntas nos campos de refugiados na Etiópia, tendo a União Africana feito um donativo no valor de 10.000,00 \$EU através do ACNUR, para assistir as raparigas refugiadas num dos campos ora mencionados. Foram igualmente

organizadas actividades comemorativas na Sede da UA, e os Estados-membros apelaram para a celebração do evento, seguindo o tema deste ano.

V. DESAFIOS E VIA A SEGUIR

49. Os Estados-membros confrontam-se com inúmeros desafios que devem ser abordados em estreita colaboração e cooperação com a comunidade internacional, por forma a que sejam alcançadas soluções duradoiras ao problema da deslocação forçada no Continente.

50. Perante o sério problema da deslocação forçada, a Conferência dos Ministros dos Estados-membros da União Africana sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas, que teve lugar em Ouagadougou, Burkina Faso, em Junho de 2006, debateu profundamente a questão da protecção e assistência às vítimas das migrações forçadas, nomeadamente os refugiados, retornados e pessoas internamente deslocadas. Consequentemente, em Julho de 2006, em Banjul, Gâmbia, o Conselho Executivo adoptou a Decisão EX.CL/Dec. 289 (IX) apelando para a realização da Cimeira Especial dos Chefes de Estado e de Governo sobre os refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas, em 2008, em consulta com parceiros-chave.

51. Nos próximos anos, os desafios e a via a seguir deverão seriamente fazer face ao problema da deslocação forçada, em conformidade com o tema a ser adoptado pela Cimeira Especial dos Chefes de Estado e de Governo sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas, em 2008: “Fazer face aos Desafios das Deslocações Forçadas em África”. Por conseguinte, os líderes africanos devem, uma vez mais, fazer valer os princípios básicos da protecção e assistência na eliminação do fenómeno da deslocação populacional forçada, em grande escala, causado pelos conflitos, as calamidades naturais e provocadas pelo homem. Os desafios a enfrentar na procura de soluções duradoiras para as vítimas da deslocação forçada, incluem:

- A Prevenção da deslocação forçada;
- A Protecção eficaz das vítimas da deslocação forçada;
- A satisfação das necessidades das mulheres e crianças deslocadas;
- A Reconstrução ou reabilitação das comunidades, afectadas por conflitos e desastres naturais e provocados pelo homem, por forma a permitir a reinserção sustentável de refugiados e pessoas internamente deslocadas que regressam; e
- A promoção de parcerias para se pôr termo ao deslocamento forçado em África.

52. Por outro lado, os Estados-membros estarão igualmente confrontados com o desafio da adopção da Convenção da UA para a Protecção e Assistência às Pessoas Internamente Deslocadas em África, na Cimeira Especial, cujo

caminho a percorrer ainda é longo a solução do problema das PIDs no Continente.

53. Concluindo, os resultados e os compromissos concretos da Cimeira Especial sobre os Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocados, sob a forma de Declaração Solene, servirão de guia para todos os actores na procura de soluções duradoiras ao problema da deslocação forçada em África.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2007

Report on the situation of refugees, returnees and internally displaced persons in Africa January – July 2007

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4458>

Downloaded from African Union Common Repository